

A Produção do Conhecimento nas Ciências Sociais Aplicadas

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)



 **Atena**
Editora
Ano 2019

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)

A Produção do Conhecimento nas Ciências Sociais Aplicadas

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Natália Sandrini e Lorena Prestes

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P964 A produção do conhecimento nas ciências sociais aplicadas [recurso eletrônico] / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (A produção do conhecimento nas ciências sociais aplicadas; v. 1)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-292-0

DOI 10.22533/at.ed.920192604

1. Abordagem interdisciplinar do conhecimento. 2. Ciências sociais – Pesquisa – Brasil. I. Guilherme, Willian Douglas. II. Série.

CDD 307

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Os textos são um convite a leitura e reúnem autores das mais diversas instituições de ensino superior do Brasil, particulares e públicas, federais e estaduais, distribuídas entre vários estados, democratizando o acesso a estes importantes resultados de pesquisas.

Os artigos foram organizados nos 5 volumes que compõe esta coleção, que tem como objetivo apresentar resultados de pesquisas que envolvam a investigação científica na área das Ciências Sociais Aplicadas, sobretudo, que envolvam particularmente pesquisas em Administração e Urbanismo, Ciências Contábeis, Ciência da Informação, Direito, Planejamento Rural e Urbano e Serviço Social.

Este 1º volume reúne um total de 28 artigos que dialogam com o leitor sobre importantes temas que envolvem a violência sexual, de gênero e contra a mulher, transexualidade, sexualidade no ambiente escolar e no trabalho, racismo, diversidade de gênero, atuação profissional feminina, direito, educação, prática de esporte e da arte, sempre com temas relativos a mulher, sexualidade e gênero.

Assim fechamos este 1º volume do livro “A produção do Conhecimento nas Ciências Sociais Aplicadas” e esperamos poder contribuir com o campo acadêmico e científico, trabalhando sempre para a disseminação do conhecimento científico.

Boa leitura!

Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A APLICAÇÃO DA LEI MARIA DA PENHA AOS CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER TRANSEXUAL: INSTRUMENTO DE DIGNIDADE E JUSTIÇA SOCIAL	
André Luis Penha Corrêa Lucas Lopes Grischke	
DOI 10.22533/at.ed.9201926041	
CAPÍTULO 2	7
A DUALIDADE ENTRE O <i>SER MULHER</i> E O <i>SER POLICIAL</i> : DISCUSSÕES ACERCA DO ENCONTRO “CHÁ DE ROSAS”	
Daniela Cecilia Grisoski Eneida Silveira Santiago	
DOI 10.22533/at.ed.9201926042	
CAPÍTULO 3	18
A EXPERIÊNCIA DO PROJETO ESTAÇÃO CASA DA REDE MARISTA DE SOLIDARIEDADE COM MULHERES ENCARCERADAS NA PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE PIRAQUARA, EM CURITIBA-PARANÁ	
Gabriela Daniel de Campos Francieli do Rocio de Campos	
DOI 10.22533/at.ed.9201926043	
CAPÍTULO 4	28
A MULHER REPRESENTADA PELA IGREJA PRESBITERIANA NOS ANOS 70: A REVISTA ALVORADA E A IMAGEM FEMININA	
Daniela Emilena santiago Dias de Oliveira Ricardo Gião Bortolotti	
DOI 10.22533/at.ed.9201926044	
CAPÍTULO 5	38
A NATURALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER	
Nathaly Cristina Fernandes Carolina dos Santos Jesuino da Natividade	
DOI 10.22533/at.ed.9201926045	
CAPÍTULO 6	47
A SEXUALIDADE INFANTIL NO CONTEXTO ESCOLAR: UMA EXPERIÊNCIA COM GESTORAS DE ENSINO	
Camila Campos Vizzotto Alduino Marcia Cristina Argenti Perez	
DOI 10.22533/at.ed.9201926046	
CAPÍTULO 7	62
ATUAÇÃO DA MULHER NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ: HISTORICIDADE, AVANÇOS E DIFICULDADES	
Adriana Cristina Dias Lopes Allan Jones Miranda de Souza Claudia Ramos de Souza Bonfim	
DOI 10.22533/at.ed.9201926047	

CAPÍTULO 8	74
BRANQUITUDE E DECOLONIALIDADE ACADÊMICA	
Ana Tereza da Silva Nunes	
Jair da Costa Junior	
DOI 10.22533/at.ed.9201926048	
CAPÍTULO 9	85
DIVERSIDADE E GÊNERO A PARTIR DA CONSTRUÇÃO DE UMA METODOLOGIA ATIVA COM ALUNOS DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO	
Daniela Copetti Santos	
Luciane Carvalho Oleques	
Juliane Oberoffer Santos da Rosa	
DOI 10.22533/at.ed.9201926049	
CAPÍTULO 10	90
DO PRIVADO AO PÚBLICO: IDENTIDADES FEMININAS CATÓLICAS NA CONTEMPORANEIDADE E SEUS SENTIDOS	
Joyce Aparecida Pires	
DOI 10.22533/at.ed.92019260410	
CAPÍTULO 11	104
ECONOMIA SOLIDÁRIA: COOPERAÇÃO E AUTOGESTÃO PARA A COLETA DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS	
Gisele Quinallia	
Juliene Maldonado Orosco de Andrade	
Edilene Mayumi Murashita Takenaka	
DOI 10.22533/at.ed.92019260411	
CAPÍTULO 12	113
EDUCAÇÃO SEXUAL: PROMOVEDO RESPEITO EM SALA DE AULA ATRAVÉS DE DINÂMICAS	
Nathália Hernandez Turke	
Felipe Tsuzuki	
Virginia Iara de Andrade Maistro	
DOI 10.22533/at.ed.92019260412	
CAPÍTULO 13	123
ENTRE ROMANCES E SEGREDOS, (HÁ) VIOLÊNCIA SEXUAL	
Paula Land Curi	
Nayalla Buarque	
Jaqueline de Azevedo Fernandes Martins	
DOI 10.22533/at.ed.92019260413	
CAPÍTULO 14	129
ESPAÇO EMPRESARIAL E A RELAÇÃO ORGANIZACIONAL COM SUAS FUNCIONÁRIAS MULHERES	
Catharina Correa Polachini	
Keila Isabel Botan	
Andreza Marques de Castro Leão	
Paulo Rennes Marçal Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.92019260414	

CAPÍTULO 15	141
ESPAÇOS PÚBLICOS E DIVERSIDADE URBANA: A IMPORTÂNCIA DE SE PENSAR A CIDADE A PARTIR DA PERSPECTIVA DE GÊNERO	
Wellisson de Oliveira Camilo Jr	
DOI 10.22533/at.ed.92019260415	
CAPÍTULO 16	152
FRIDAS: UMA PROPOSTA DE GRUPO DE ESTUDOS SOBRE GÊNERO E DIVERSIDADE NO AMBIENTE ESCOLAR	
Vanessa Elias	
DOI 10.22533/at.ed.92019260416	
CAPÍTULO 17	166
FUTEBOL DE MULHERES E A EXPERIÊNCIA DE CAMPO	
Martina Gonçalves Burch Costa Giovanni Felipe Ernst Frizzo	
DOI 10.22533/at.ed.92019260417	
CAPÍTULO 18	173
INTERSECÇÕES ENTRE GÊNERO, SEXUALIDADE E RAÇA NAS TRAJETÓRIAS DE FORMAÇÃO DOCENTE E AS INFLUÊNCIAS NA PRÁTICA PEDAGÓGICA	
Lilian Silva de Sales	
DOI 10.22533/at.ed.92019260418	
CAPÍTULO 19	190
MEMÓRIAS DE UM RECITAL DE PIANO: REFLETINDO SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE	
Giácomo de Carli da Silva Cristina Rolim Wolffenbüttel	
DOI 10.22533/at.ed.92019260419	
CAPÍTULO 20	197
NOTAS SOBRE A INCLUSÃO DE ATLETAS TRANSGÊNERO NO ESPORTE	
Fernanda Dias Coelho Ludmila Mourão	
DOI 10.22533/at.ed.92019260420	
CAPÍTULO 21	210
O PARADOXO DA INCLUSÃO: UM ENSAIO PÓS-ESTRUTURALISTA SOBRE OS DIREITOS SEXUAIS	
Andressa Regina Bissolotti dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.92019260421	
CAPÍTULO 22	225
PARA ALÉM DO MATCH: TINDER NA PRODUÇÃO DISCURSIVA DE CORPOS	
Maria Cecilia Takayama Koerich	
DOI 10.22533/at.ed.92019260422	

CAPÍTULO 23	231
POR UMA TEORIA FEMINISTA DO PODER CONSTITUINTE: INSTITUIÇÕES, JUSTIÇA E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA NA BANCADA FEMININA DA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE DE 1987-1988	
Silvana Santos Gomes	
DOI 10.22533/at.ed.92019260423	
CAPÍTULO 24	242
QUE SEXUALIDADE É ESSA? REFLEXÕES SOBRE AS RELAÇÕES AMOROSAS DE ADOLESCENTES VÍTIMAS DE INCESTO	
Aline Luiza de Carvalho Márcia Stengel	
DOI 10.22533/at.ed.92019260424	
CAPÍTULO 25	258
QUE VOZ É ESSA QUE FALA POR MIM? A LUTA DO INSTITUTO GELEDÉS POR DIGNIDADE, RECONHECIMENTO E REPRESENTAÇÃO DA MULHER NEGRA NO BRASIL	
Brenda Karolainy Penha Siqueira Jamilly Nicácio Nicolete	
DOI 10.22533/at.ed.92019260425	
CAPÍTULO 26	270
RELACIONAMENTOS AMOROSOS DE ADOLESCENTES E A INTERNET	
Márcia Stengel Nádia Laguárdia de Lima Jacqueline de Oliveira Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.92019260426	
CAPÍTULO 27	286
RESISTÊNCIA FRENTE À VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA CONTRA A MULHER: RELATO DA EXPERIÊNCIA COM A EXPOSIÇÃO FOTOGRÁFICA “MULHERES EXTRAORDINÁRIAS - FRAGMENTOS DE LUTA E SUPERAÇÃO”	
Jéssica Aparecida Chaviuk Francisco Cíntia de Souza Batista Tortato	
DOI 10.22533/at.ed.92019260427	
CAPÍTULO 28	298
VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES: PERCEPÇÕES E RELATOS DE MULHERES PROFISSIONAIS DO SEXO EM ÁREA COSTEIRA DO NORTE DO BRASIL	
Brenda L. Assis Lisboa Walquirene Nunes Sales Driene N. Silva Sampaio Amanda C. Ribeiro Costa Gláucia C. Silva-Oliveira Aldemir B. Oliveira-Filho	
DOI 10.22533/at.ed.92019260428	
CAPÍTULO 29	310
ENTRE TREVAS E ARCO-ÍRIS: ORIENTAÇÃO SEXUAL E A “IDEOLOGIA DE GÊNERO”	
Marina de Almeida Borges Ana Cristina Nassif Soares	
DOI 10.22533/at.ed.92019260429	

CAPÍTULO 30 317

SUICÍDIO NO PÚBLICO DE LÉSBICAS, GAYS, BISEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (LGBT):
ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DE 2013-2018

Ana Patrícia Fonseca Coelho Galvão

Pablo Nascimento Cruz

Fábio Batista Miranda

Jaíza Sousa Penha

Nayfrana Duarte de Sousa Oliveira

Fabrcio e Silva Ferreira

Wochimann de Melo Lima Pinto

Natalie Rosa Pires Neves

Nayra Michelle Anjos Amorim

Raylena Pereira Gomes

Rose Daiana Cunha dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.92019260430

SOBRE O ORGANIZADOR..... 333

A EXPERIÊNCIA DO PROJETO ESTAÇÃO CASA DA REDE MARISTA DE SOLIDARIEDADE COM MULHERES ENCARCERADAS NA PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE PIRAQUARA, EM CURITIBA- PARANÁ

Gabriela Daniel de Campos

Universidade Estadual do Oeste do Paraná –
UNIOESTE Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Francisco Beltrão – Paraná

Francieli do Rocio de Campos

Universidade Estadual do Oeste do Paraná –
UNIOESTE Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Francisco Beltrão – Paraná

RESUMO: O objetivo deste trabalho é apresentar o trabalho desenvolvido pelo projeto Estação Casa, realizado pelo Grupo Marista na penitenciária estadual feminina de Piraquara-PR. Foi realizado uma pesquisa de caráter qualitativo, onde foi entregue um questionário que foi respondido pelos funcionários do projeto buscando compreender como este é estruturado, sua rotina, demandas e resultados na sociedade. O projeto leva em suas atividades os valores maristas e acaba por dar uma visibilidade maior para temas importantes dentro do cárcere, como os cuidados durante a maternidade e a criação de vínculo entre mãe e filho. Abordar tema como gravidez durante a estadia na penitenciária é extremamente importante pois o mesmo é pouco discutido, inviabilizado e criminalizado muitas vezes, o que só reforça os estereótipos de gênero existentes na nossa sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Gestação. Sistema

Prisional. Gênero. Assistente Social.

THE EXPERIENCE OF THE PROJECT
“ESTAÇÃO CASA” REALIZED BY THE
SOLIDARITY NETWORK MARISTA
WITH WOMEN JUDGED IN THE ESTATE
PENITENTIARY OF PIRAQUARA, AT
CURITIBA – PARANÁ

ABSTRACT: The objective of this work is to present the work developed by the project Estação Casa, carried out by the group Marista in the state penitentiary of Piraquara-PR. A qualitative research was carried out, where a questionnaire was answered, which was answered by the project’s employees, seeking to understand how it is structured, its routine, demands and results in society. The project takes Marist values into its activities and ends up giving greater visibility to important issues within the prison, such as maternity care and the creation of a bond between mother and child. Addressing the issue of pregnancy during the stay in the penitentiary is extremely important because it is rarely discussed, made unfeasible and criminalized many times, which only reinforces the existing gender stereotypes in our society.

KEYWORDS: Pregnancy. Prison system.

1 | INTRODUÇÃO

O objetivo do trabalho é apresentar a experiência do Projeto Estação Casa oferecido pela Rede de Solidariedade Marista, que atende as mulheres encarceradas da Penitenciária Estadual de Piraquara localizada em Curitiba Paraná.

A pesquisa realizada parte da realidade de duas premissas: a primeira, que é enfrentamento da vida prisional, em diversos aspectos desde a condição da criação do filho a separação a\le continuidade dessa relação após a separação; e a segunda, que é a invisibilidade da mulher presidiária e suas questões básicas essenciais perante o Estado. É sabido a pouca discussão sobre a realidade vivida por essas mulheres encarceradas e seus filhos, assim como sobre as consequências que os tratamentos recebidos causam individualmente e na sociedade. Assim, nas informações repassadas por instituições se percebe um crescimento constante da população carcerária feminina, por isso se torna essencial que o tema seja abordado com atenção, a favor dos direitos das mulheres, em destaque aquelas que estão encarceradas sendo alvo de grande omissão.

Este trabalho surgiu com o intuito de relacionar assuntos que são considerados atraentes no âmbito pessoal, relevantes no aspecto social e pela conexão pessoal existente entre a pesquisadora e o Grupo Marista.

A escolha do presídio de Piraquara ocorreu, por dois motivos, sendo primeiro motivo o local com a presença do Grupo Marista, e segundo motivo foi por ser o único presídio feminino do Estado do Paraná que tem mulheres grávidas e estrutura para recebe-las.

De acordo com os princípios internacionais do direito, o encarceramento deveria ser o último recurso de tratamento penal das tensões sociais. Tendo em vista, que se torna um local que promove a permanência da criança com a mãe encarcerada, apenas dos seis meses de idade até os seis anos guindo a Lei de Execução Penal (BRASIL, 1984). A Resolução nº 4/2009, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária recomenda a permanência até os dois anos de idade.

2 | REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A ideia de prisão e o surgimento do carcere

A ideia de cárcere e privação de liberdade vem se atenuando conforme o sistema capitalista foi sendo implantado primeiramente na Europa (Iniciando na Inglaterra) e depois no resto do mundo. Antes os crimes eram vistos como algo contra Deus, todos os fenômenos naturais (grandes tempestades, terremotos, pestes) eram vistas

como resultados das forças divinas, então para isso foi se criando várias proibições (religiosas, sociais), que ficaram conhecidas como tabu e que quando não havia sua obediência era-se aplicado uma punição (FOUCAULT, 1987).

A infração do tabu levou com que a sociedade começasse a punir quem desagravava aos deuses, gerando assim o que hoje denominamos crime e pena. Mais como um pecado que de fato um delito, a punição era física, por meio de torturas em praças públicas, os chamados de suplícios, a mudança da forma de punição não foi ao acaso, nem ao capricho dos legisladores que criaram o encarceramento como base para nossa escala penal atual mas sim o progresso de ideias e educação dos costumes (FOUCAULT, 1987).

A prisão tem seus fundamentos também na ideia de que seu papel é o aparelho para transformar os indivíduos, ela aparece como forma mais imediata e civilizada que todas as penas, quando em 1791 dá o pontapé inicial para o fim das torturas e dos espetáculos relacionados a um crime, artigo 3 do código francês de 1791 “todo condenado à morte terá a cabeça decepada” isso se dá devido a moção proposta e votada por Guilotin, em 1 de dezembro de 1789 “Os delitos do mesmo gênero serão punidos pelo mesmo gênero de pena, quaisquer que sejam a classe ou condição do culpado” então a guilhotina é a saída para as penas de morte e a partir disso o fim do espetáculo da morte está perto, acaba-se o show na execução de um condenado, “Essa necessidade de um castigo sem suplício é formulada primeiro como um grito do coração ou da natureza indignada: no pior dos assassinos, uma coisa pelo menos deve ser respeitada quando punimos: sua “humanidade” (FOUCAULT, 1987, p. 95)

A concepção de o que é crime, o que é permitido ou não é algo constante e se modifica com o passar dos anos dentro das sociedades,

A divisão de permitido e proibido manteve, entre um e outro século, certa constância. Em compensação, o objeto “crime”, aquilo a que se refere a prática penal, foi profundamente modificado: a qualidade, a natureza, a substância, de algum modo, de que se constitui o elemento punível, mais do que a própria definição formal (FOUCAULT, 1987, p. 21).

A ideia do encarceramento ser tratado como natural diante a sociedade vem da ideia de que se usa o tempo para medir trocas, a classe proletária vende o seu tempo e sua mão de obra para a classe burguesa para ter um salário no final do mês e manter sua subsistência. O autor do crime perde seu direito à liberdade e dependendo do ato gera o seu tempo em cárcere, aumentando a ideia de que quando alguém comete um crime esta pessoa não está cometendo apenas para a pessoa mas sim para a sociedade por isso é justificável sua permanência em restrição à liberdade. Durkheim fala que o direito exprime e fortalece a consciência coletiva, o que justifica esse pensamento de que quando alguém comete um crime ele não atinge apenas a vítima mas também a sociedade como um todo. A prisão nada mais é que uma “detestável solução, de que não se pode abrir mão.” (FOUCAULT, 1987, p. 261). E a penitenciária no sistema penal tem por alvo punir restritivamente, prevenir pela intimidação e regenerar através da

ressocialização. (THOMPSON, 2000).

A Lei de Execução Penal no Brasil é muito recente, o Art. 10 e 11 (1984) garante que o estado dê assistência ao preso, com o objetivo de prevenir o crime e orientá-lo a convivência em sociedade, estende essa assistência de forma material, a saúde, jurídica, educacional e social. A seção VI dispõe sobre o trabalho da assistência social, a principal finalidade é o amparo ao preso com o objetivo de preparar para seu retorno a liberdade, o assistente social tem um papel importante na ressocialização do preso, além de ser quem relata a situação do preso dentro do presídio, realiza o acompanhamento das permissões de saídas e saídas temporárias, promove a recreação no estabelecimento, providencia a obtenção de documentos e dos benefícios da previdência social e quando necessário fazer o amparo da família do preso.

2.2 Mulher grávida e o cárcere

Até o final do século XIX, os crimes cometidos por sujeitos do sexo feminino tinham relação com a religião ou a moral, sendo assim a mulher era punida porque não se enquadrava nos ideais familiares da época e da sociedade cristã, ou ainda os principais crimes cometidos estavam relacionados com a sexualidade (MARTINS, 2009).

As primeiras mulheres infratoras de que se tem notícia estão estritamente relacionadas com a bruxaria e com a prostituição. Isto significava o oposto do papel pré-determinado à mulher ideal, da mãe de família, da esposa submissa. Ao longo da história, as condutas femininas são diretamente vinculadas à sexualidade e ao mundo privado. Surgem as casas controvérsias ou Arrepentidas, instituições específicas para mulheres destinadas a reintegração social (BUGLIONE, 1998, p.251).

Na sociedade contemporânea, Martins, (2009) enfatiza um número crescente de mulheres encarceradas, isso o autor justifica pela maior inserção de mulheres adentrando o mercado de trabalho e cotidiano social. Segundo Gomes et. al., (2009) o público do sexo feminino encarcerado na sua maioria são muito jovem, em consequência em idade reprodutiva, por isso a gravidez se torna um fenômeno recorrente no momento do cárcere, ou no cumprimento da pena. Todas as condições dignas de sobrevivência são violadas nas prisões do Brasil, por este motivo não é possível se falar sobre ressocialização dos presos, uma vez que esta promove um “não ajustamento” e uma revolta nos encarcerados (FERREIRA, 2009)

Achei que violência policial seria menos severa com elas, mas os relatos de tortura são tão graves quanto os das prisões masculinas. Uma delas, tomou uma paulada na barriga, e ouviu do policial que a agrediu: “Pra que colocar mais um vagabundo no mundo? Espero que morra antes de nascer” — recorda. Nana conta que detentas usam miolo de pão como absorvente íntimo, já que recebem apenas um ou dois pacotinhos por mês, quantidade insuficiente para mulheres com fluxo menstrual mais intenso (QUEIROZ, 2015).

O Estado utiliza da polícia e da prisão como meio para conter o caos que é

gerado pelo desemprego, pelo trabalho informal e precário, e a redução da proteção social, ele se utiliza da repressão e controle, para não ter que lidar diretamente com as expressões da “questão social”, pois a sua transformação exige um rompimento com a ordem social vigente (WACQUANT, 2009)

Militão; Kruno (2014) destacam que todos os profissionais encarram o período gestacional como um fenômeno fisiológico, o qual pode desencadear problemas, e enfatizam esse problema se agrava para gestantes privadas de liberdade. Pois é possível que essas mulheres adentrem no sistema prisional com uma conduta de disfunções física ou emocionais, agravadas pela condição de vulnerabilidade social, não obstante a tendência de o local prisional oferecer condições pouco saudáveis para uma gestante.

A situação da maternidade no presídio constitui-se um exemplo da presença do poder judiciário determinando o destino da relação entre as mulheres apenadas e seus filhos. Uma suposta incompatibilidade entre as duas condições – ser mãe e estar presa – parece ser apontada e a cobrança aparece no sentido do aperfeiçoamento do cuidado, e também na intenção de se tirar o bebê da situação de privação de liberdade. Neste caso, vislumbra-se com dificuldade a possibilidade de alguma reflexão que, escapando da lógica que culpabiliza a mulher, ofereça oportunidades para mães e bebês, na escritura de outras histórias para suas vidas (GOMES et. al., 2009 p. 2).

Os mesmos autores chamam atenção que o aumento de mulheres em cárcere pode provocar consequências em diversas ordens, sobretudo na perda e fragilização das relações familiares, tornando os filhos das apenadas vítimas da vulnerabilidade social. Essas mulheres na condição de presidiária são abandonadas por familiares e parentes, ou desconhecem esse vínculo, do mesmo modo não possuem familiares ou pessoas que podem referenciar ao seu filho na ausência materna, as mães detentas expressam insegurança acerca das consequências de se afastar do seu filho.

No Brasil se estabeleceu a Lei 11.942 sobre os sistemas prisionais destinado ao público do sexo feminino, obrigando esses locais serem dotados de seção para assistência das gestantes, atendimento parturientes e de modelo de creche para os menores cuja responsável esteja na condição de detenta (BRASIL, 2010).

Dessa forma, entre diversos profissionais responsáveis para atender esse tipo de situação, existe um debate inesgotável sobre a permanência das crianças junto as suas genitoras em condição de encarcerada. O debate esbarra entre os direitos da criança e direitos da mulher, essa controvérsia na situação de encarcerada leva a decisão para judiciário decidir a manutenção do filho ou vínculo legal, mesmo as mulheres tendo o registro civil da criança.

2.3 Sobre o presidio e as detentas

O presidio feminino localizado na Avenida das Palmeiras, Piraquara Paraná foi inaugurado em 16 de abril de 2002, conta com o atual diretor Lucio Oliner Micheline e o Vice-diretor Wilian Aparecido Oliveira. A penitenciária tem capacidade para 723 presas condenadas, conta com 169 celas, tem 12.800m² de área construída e 7.500m²

de horta. Ela foi projetada com o intuito de que o preso e as visitas não consigam conhecer toda a estrutura, além de limitar a noção de movimento dentro da prisão e do trabalho dos funcionários, dificultando assim a criação de estratégias para fuga e rebeliões (DEPEN, 2002).

Em março de 2018 foi publicado um relatório do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN) Feminino com dados de 2016 sobre a situação carcerária brasileira focado nos números e características femininas. Nele consta que em um período de 16 anos, entre 2000 e 2016, a taxa de aprisionamento de mulheres aumentou em 455% no Brasil, 45% das mulheres encarceradas no Brasil não haviam sido julgadas ainda, o Paraná tem 3.251 mulheres encarceradas seja nas delegacias ou nas penitenciárias, 50% da população prisional feminina é formada por jovens sendo no Paraná a maioria (24%) dentro da faixa etária de 25 a 29 anos, 46% do contingente de mulheres está cumprindo a pena em regime semi aberto, de todo o país, apenas 55 unidades em todo o país declararam apresentar cela ou dormitório para gestantes.

Segundo os dados do relatório do INFOPEN mulheres de 2016, a Mulher encarcerada no Brasil é negra, tem entre 18 e 24 anos, não tem o ensino médio completo é solteira e foi presa por tráfico, seja indo levar na cadeia para seus filhos/marido, estando na casa com drogas ou o ato do tráfico em si, este fato só reforça a desigualdade de gênero e o patriarcado existente na nossa sociedade. Diferenciando-se desse perfil brasileiro, o perfil da mulher presa no estado do Paraná é de mulheres com idade entre 25 e 29 anos, brancas sendo 66%² (enquanto negras somam uma porcentagem de 33%), com o ensino fundamental incompleto, são solteiras, com filhos e presas por tráfico. A nível nacional não foi possível realizar uma pesquisa sobre quantidade de filhos fora da prisão que as mulheres têm, a única contagem realizada foi a de filhos dentro dos estabelecimentos penais e por estado, o Paraná conta com 36 crianças junto de suas mães na penitenciária.

3 | MÉTODO

Para atender o objetivo proposto para o trabalho, foi consultado o Grupo Marista com sede no município de Itapejara do Oeste, localizado na Região Sudoeste do Paraná, para que se tivesse acesso a informações para divulgar o Projeto Estação Casa desenvolvido na Penitenciária Estadual de Piraquara – PR.

A coleta de dados e informações foi realizada por meio de aplicabilidade de um questionário entregue a diretora da Estação Casa. A primeira ideia era entrevistar diretamente as mulheres beneficiadas pelo projeto, porém não foi possível, então foi levado o questionário para as funcionárias do projeto. O questionário teve como objetivo compreender o funcionamento, demandas e atendimentos realizados pelo projeto.

Durante a pesquisa de campo foram aplicados cinco questionários aos

colaboradores, presentes na data do mês de abril de 2018 agendado previamente para realização da coleta, foram entregues e respondidos no local da Penitenciária em Piraquara – PR.

A abordagem da pesquisa é qualitativa, com questões abertas sobre o atendimento das crianças e das mulheres, objetivos do projeto, demanda e entender como funciona a rotina e o trabalho de cada profissional. Sempre entendendo que cada área tem a sua atuação e até mesmo uma visão diferente sobre o contexto no qual está inserido, a formação profissional muda muito a forma de como o profissional vai responder as perguntas e desafios que a sociedade coloca, principalmente se tratando de um assunto cheio de tabus.

Os resultados da pesquisa foram transcritos de modo manual, para posterior análise e discussão referente ao assunto principal do trabalho. O projeto estação casa tem cooperação firmada com a secretária de Estado da Justiça, cidadania e direitos humanos, o projeto atua na perspectiva de fortalecimento de vínculos entre as crianças e as mães e na garantia de direitos para os mesmos.

Quando se trata de crianças que são filhas/filhos de presidiárias entramos em um paradoxo de direitos, por um lado a criança tem o direito de ter laços com sua mãe e família, mas por outro quando esta está sobre encarceramento existe a privação da liberdade da criança. Pois a mesma precisa se adequar a rotina imposta pelos agentes penitenciários, quando está na hora de comer mesmo se a criança não queira ela precisa porque depois não terá esse momento, o mesmo acontece na hora de dormir e de brincar, falar de crianças dentro do nosso sistema prisional é complicado e desafiador.

4 | ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A rotina da estação casa se inicia as 9 horas e funciona até as 15 horas, o bebês presentes ficam uma sala pedagógica com uma educadora enquanto as mães ficam confeccionando o álbum do bebe para relatar sua história, as gestantes fazem trabalhos artesanais “elas respondem melhor com atividades que envolvem a concretude, o fazer manual. Dessa forma elas se acalmam e se conectam mais com os bebês que gestam” (Questionário nº4). Toda quarta-feira são feitas reuniões e rodas de conversa para que aconteça os repasses e sugestões, momento para escutar as detentas.

A pesquisa focou na rotina e no trabalho dos diversos profissionais na Estação Casa, que é um projeto desenvolvido pela Rede de Solidariedade Marista. A equipe é formada por oito pessoas, sendo um diretor geral, uma coordenadora pedagógica, um assistente social, uma enfermeira, um analista administrativa e três educadoras sociais. Durante a pesquisa foi perguntado se havia necessidade de mais profissionais, as respostas se dividiram entre a necessidade de uma psicóloga para o atendimento das mães e das gestantes, ajudando em todo esse o processo de maternidade,

desde o início da criação de vínculos com o bebê até aprender a como cuidar dele. Nas respostas se percebeu a necessidade de mais uma educadora social, e dois responderam que a quantidade de profissionais condiz com a demanda que eles têm para atender o projeto.

São atendidas todas as mulheres grávidas e mães com os filhos na penitenciária desde que estas, não estejam no seguro (É quando um detento está sob medida de segurança devido ao seu crime ou seu comportamento dentro do ambiente carcerário, por esse motivo precisa ficar isolada das outras) as suas rotinas são definidas por uma equipe (pedagógica). As mães fazem atividades manuais como crochê, artesanato, as gestantes criam álbum para os seus bebês, tudo com o intuito de melhorar essa relação entre mãe e filho, procurando sempre ampliar o repertório da mãe sobre os cuidados com as crianças.

As educadoras sociais ficam com as crianças, e elas adotam a metodologia de Emmi Pikler, que é detalhada no livro *Experiência de Lóczy* (2004). O uso dessa metodologia segue ao que foi implantado pelo instituto de Lóczy, leva o nome da sua fundadora Emmi Pikler foi fundado em 1986, sendo uma instituição que acolhia crianças órfãs de Budapeste. Ela via as crianças como seres autônomos, que os pais deveriam intervir da menor forma na vida das crianças, que seu desenvolvimento não dependia disso, as crianças eram capazes de se auto estimular para realizar as atividades. Emmi considerava as crianças como seres autônomos, que não precisam da intervenção total de um adulto, para ela a criança observa, sente, grava e vai compreendendo as coisas com o tempo sempre quando for lhe dado a oportunidade.

A proposta é que se lance um olhar mais sensível e atento às crianças, vendo-a como um sujeito que é capaz de descobrir, fazer e participar mesmo sem a intervenção do adulto. É necessário olhar e falar com a criança respeitosamente, olhando-a nos olhos, pronunciando seu nome e dando-lhe a atenção necessária. O bebê é um ser ativo e o meio quando organizado de forma interativa, possibilita a sua ação. O bebê não deveria ser considerado como um simples objeto de cuidado, mas como uma pessoa que tem uma influência sobre os acontecimentos e que estabelece relações, um verdadeiro companheiro que sente melhor o amor de seus pais se eles, tendo em conta, as necessidades, dedicam-lhe uma atenção de qualidade (FALK, 2004).

Conforme informações coletadas na pesquisa, a assistente social tem um papel fundamental nesse espaço, é ela que faz o contato com a vara da família na cidade em que a criança irá depois que o tempo com a mãe passar, responsável pelo plano de atendimento individual da criança e o contato com a família extensa. Além de fazer a mediação com o presídio, as crianças normalmente saem do presídio junto com as suas mães que receberam a oportunidade de cumprir a sua pena em regime domiciliar, é a assistente social que comunica esse desligamento da mãe e da criança do projeto e do presídio e faz o contato com a rede assistencial do município que a criança se encontra.

Em um dos questionamentos foi perguntado sobre a possibilidade de criação

em outros lugares similar ao Projeto Casa, e a maioria das respostas foram positivas inclusive é de desejo de alguns que haja a expansão do projeto. Porém precisamos ser realistas e considerar que o sistema prisional brasileiro precisa de uma reestruturação, ele é segregado e reflete uma característica da nossa sociedade de criminalização da pobreza, e a falta de investimentos em políticas públicas de qualidade, não apaziguadoras e que são usadas pra manutenção do poder, isso pode ser percebido em uma resposta de uma funcionária:

Em 2017, o cenário político e econômico mostrou uma grave deterioração da situação no Brasil no que se refere aos direitos sociais. Foi evidenciado um dos mais graves retrocessos na área de direitos humanos. Um grande paradoxo entre o discurso e a prática dos Direitos Humanos, é evidenciar e denunciar as diversas formas de violação de direitos, principalmente ao nos referirmos as crianças em contexto prisional. Pensar uma sociedade sem prisões é uma utopia, mas infelizmente tem sido crescente o desejo dos governantes em construir presídios ao invés de escolas. O contexto prisional é um retrato de repressão e coerção para as pessoas em situação de vulnerabilidade (Questionário nº2, 2018).

As violações que mulheres, principalmente gestante e mães, sofrem dentro do sistema prisional brasileiro é silenciada e pouco debatida, isso devido a a atual conjuntura. O projeto desenvolvido na penitenciária é de suma importância para tentar de certa forma diminuir as consequências dessa situação nas mães e crianças que são atendidas, além disso o projeto necessita de ampla divulgação nos meios acadêmicos. Segundo dados coletados e a resposta do questionário nº1 “Cada a uma de nós é chamada a construção de uma sociedade mais justa e fraterna por meio do respeito, do espírito de família, da solidariedade, da presença, o amor ao trabalho.”

O trabalho realizado por instituições tem como objetivo diminuir a pena, junto com a expectativa das apenadas parirem seus filhos longe do local do cárcere, ou pode optar pela maternidade. A condição de um parto improvisado, com pouca assistência adequada numa penitenciária, ou ser algemada na mesa de parte representa ou supera a privação de liberdade (MILITÃO; KRUNO, 2014).

Como o projeto é desenvolvido pela Rede Marista ele carrega em suas ações um reflexo do que é pregado a anos e se iniciou com Marcelino, as atividades que são realizadas nesse período se desdobram e deixam marcas na vida dessas mulheres.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sendo assim, o objetivo do trabalho ao apresentar a experiência da Casa Estação promovido pela Rede Marista na Penitenciária Estadual de Piraquara –PR, conseguiu reunir num trabalho informações sobre uma atividade multiprofissional, preocupada com o bem-estar de pessoas privadas de liberdade, e que tenta promover/prolongar o vínculo mãe e filho de mulheres encarceradas.

Esse trabalho é o primeiro de uma série que está por vir relacionando o trabalho da assistente social e a garantia de direitos das detentas focando na experiência das

mulheres grávidas e na relação familiar depois que a criança sai do convívio da mãe, como se concretiza essa relação e quais são as intervenções possíveis, até que ponto deve ser realizada a intervenção do assistente social e como garantir ambos os direitos tanto de convívio familiar como o da liberdade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 7.210 de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. In: **Código Penal** Brasília, DF, 11 de julho de 1984. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7210.htm > Acesso em: 28 jul. 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção em Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Legislação em saúde no sistema penitenciário**. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção em Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Brasília; DF, 2010.

BUGLIONE, Samantha. “**A face feminina da execução penal**”. In: Direito & Justiça, Porto Alegre, v. 19, n. 20, p. 251, 1998.

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO - DEPEN. Penitenciária Estadual de Piraquara - PEP I. 2002. Disponível em < <http://www.depen.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=32> >. Acesso em 26 jun. 2018.

FALK, J. (Org.). **Educar os três primeiros anos: a experiência de Lóczy**. Tradução de MELLO, S. A. 1ª ed. Araraquara: JM, 2004.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramalhete. 20. ed. Petropolis: Vozes, 1987.

GOMES, A. B. F; SANTOS, M.B.S; NERI, H.F; OLIVEIRA, M.F.L; UZIEL, A.P. Reflexões sobre a maternidade no sistema prisional: o que dizem técnicas e pesquisadoras. In: Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social, 15., 2009, Maceió. **Anais...** Maceió: Faculdade Integrada Tiradentes, 2009. Disponível em: < http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais_XVENABRAPSO/366.%20reflex%D5es%20sobre%20a%20maternidade%20no%20sistema%20prisional.pdf >. Acesso em: 10/07/2018.

INFOPEN, Mulheres. **Levantamento Nacional de Informações**. 2. ed. Ministério da Justiça e da Segurança Pública Departamento Penitenciário Nacional. Brasília, 2017.

MARTINS, S. A mulher junto às criminologias: de degeneradas à vítima, sempre sob controle sociopenal. **Fractal: Revista de Psicologia**. Niteroi, v. 21, n.1, p.111-124, Jan./Abr. 2009.

MILITÃO, Lisandra Paim.; KRUNO, Rosimery Barão. Vivendo a gestação dentro de um sistema prisional. **Revista Saúde**, Santa Maria, v. 40, n. 1, p.75-84, Jan./Jul, 2014.

THOMPSON, Augusto. **A questão penitenciária**. 5. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2000, p. 99.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-292-0

